

## AS POLÍTICAS CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO BÁSICA DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL<sup>1</sup>

Ana Carolina de Figueiredo Azevedo  
carolfigueiredo2801@gmail.com<sup>2</sup>

Ana Claudia Ramos Sacramento  
anaclaudia.sacramento@hotmail.com<sup>3</sup>

### Resumo

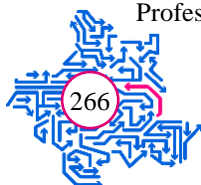
*As Políticas Educacionais estão em constante mudança. A nova conjuntura que chega ao Brasil, a partir da década de 1990, traz reformas neoliberais não apenas para a educação, mas também para a economia e política. As Reformas Educacionais que são desenvolvidas em diferentes países do ocidente, principalmente em países da América Latina, foram marcadas por transformações na organização dos currículos, os quais passaram a explicitar a valorização da formação de competências e habilidades necessárias às transformações tecnológicas no mundo global. Tal fator decorreria da condição central conferida à tecnologia (entendida como o uso de conhecimento, meios, processos e organizações para produzir bens e serviços) na geração exponencial de informação no mundo globalizado. Assim, o trabalho busca analisar algumas propostas curriculares de escalas nacionais (Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia e Base Curricular Comum Nacional de Geografia segunda versão de 2016) e local (Currículo Mínimo de Geografia), que se iniciaram nesse contexto; e também, como a Geografia se apresenta nelas. Entende-se que o currículo é aquele que conduz a teoria e a prática de todo o processo no ambiente escolar e na dinâmica do tipo de ensino que a escola oferece, ele é um dos elementos que orienta toda a construção do conhecimento escolar. A metodologia desenvolvida refere à análise do discurso a partir do objeto: os textos curriculares. Esta metodologia possibilita que as leituras sejam realizadas pela produção de sentidos da linguagem, dando capacitação para que se consiga uma nova interpretação e releitura, e não se fazer julgamentos e criar algo novo. Assim, os documentos criados, por esse contexto, estão ancorados juntos aos objetivos de órgãos internacionais; no entanto, as novas propostas precisam respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas. A Geografia é uma disciplina que tem como característica a formação do cidadão consciente, a compreensão das relações do homem com a sociedade e também o trabalho (produção e apropriação), gerando criticidade e complexidade na disciplina escolar. As propostas curriculares atuais diluem esses elementos, promovendo uma despolitização da disciplina e, conseqüentemente, do cidadão.*

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, Documentos Curriculares, Geografia Escolar.

<sup>1</sup> Este trabalho é parte do projeto de Iniciação Científica da FAPERJ intitulado: *A disciplina de Geografia no currículo do Estado do Rio de Janeiro no contexto da educação básica nacional, período 2015-2017.*

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia UERJ-FFP e [Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ.](#)

<sup>3</sup> Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores – UERJ.



## Introdução

O texto deve conter as seguintes formulações: O currículo é um documento que não tem uma resposta única sobre seu significado, pois ele está atrelado às concepções teórico-conceituais de cada contexto ideológico, político e social. Para alguns, como Apple (2001), “currículo é um artefato sociocultural e de disputas de poder – mudanças constantes e não-lineares, com diferentes contextualizações históricas -. Segundo Apple,

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. (APPLE, 2001, p. 8).

O autor argumenta que a escolha dos elementos que serão escritos no currículo não é neutra, pois o ato de selecionar é relacionado a uma concepção ideológica, política, social e cultural das pessoas envolvidas no processo. Cada contexto histórico, concepção filosófica e conceitual direciona o conhecimento, a estrutura da organização escolar e das disciplinas que organizavam o processo educativo.

Desta maneira, pode-se dizer que o currículo que abarca a Geografia, uma ciência que aborda diferentes questões, sejam elas pertencentes ao mundo físico ou social, as mesmas visam à compreensão do espaço geográfico através da relação estabelecida entre o homem e o meio, têm diferentes visões e interpretações, devido à forma como seus autores desenvolvem as concepções teórico-metodológicas, filosóficas e ideológicas sobre a disciplina.

Assim, é essencial a observação da perspectiva neoliberal sobre as políticas curriculares, uma vez que aquela ganha forma no Brasil na década de 1990. Logo, todas essas transformações não estão desconectadas do mundo, mas na verdade fazem parte de um projeto que ganha força com a crise de 1973, em que ocorre uma forte recessão nos países centrais. Além disso, busca-se a redução dos custos do Estado e sendo assim, a estabilidade econômica é paga pelos trabalhadores com redução dos salários, aumento de impostos, entre outros.

Existem relações entre as políticas educacionais da década de 1990 e os organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Essas relações não ocorreram apenas no Brasil, foram e são em toda a América Latina, passando pela esfera econômica, política e educacional. As

reformas curriculares tinham o objetivo de definir novos parâmetros para a educação básica, parâmetros estes que pensavam mais em integração e uma maior interdisciplinaridade.

O objetivo desse trabalho é, assim, analisar como a disciplina Geografia aparece em alguns documentos curriculares que são direcionados pelas Políticas Curriculares Brasileiras. As políticas educacionais são bem extensas, portanto, traçaremos nosso objeto de estudo a partir dos anos de 1990, que envolveram importantes reformas na educação. Dentre as políticas governamentais, trataremos da construção das Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Curricular Comum, que ainda está sendo construída, e o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro.

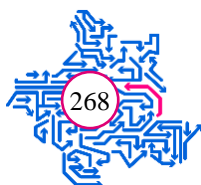
A metodologia será a análise de discurso, que tem como premissa fazer com que o pesquisador, por meio da produção de sentidos da linguagem, possa reler os diferentes discursos, interpretando-os segundo seu conhecimento e sua vivência, expondo apenas a sua visão sobre um determinado discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Os discursos analisados estão pautados no tipo de política implementada, a concepção da construção do currículo, a forma de organização da disciplina e os objetivos gerais de cada documento para a disciplina Geografia.

O texto está dividido pela discussão de como as políticas curriculares mudam e influenciam massivamente a educação, principalmente no contexto atual da globalização e do neoliberalismo. Assim, será apresentada a Geografia que está presente em cada proposta curricular e como cada documento está compreendido no sistema educacional brasileiro, dando uma visão geral do que cada um propõe.

### **As Políticas Públicas Curriculares mudam a Educação**

A educação assume uma centralidade crescente com o desenvolvimento da tecnologia, fazendo com que ocorra, também, o desenvolvimento do conhecimento. Por meio da educação, busca-se formar trabalhadores com altas habilidades e capacidades de inovação, elementos considerados essenciais para sustentar os modelos tecnológicos de produção vigente (LOPES, 2008).

O Brasil, assim como os países que realizaram alterações em suas políticas educacionais entre os anos de 1990 e 2000 – as reformas na educação, afirmam os teóricos, foram feitas com base em políticas econômicas genericamente denominadas neoliberais,



caracterizadas por acentuada submissão ao Estado – submeteu-se às exigências das agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – e aos mecanismos de regulação do mercado - ou seja, a globalização econômica teria sido capaz de determinar uma globalização política e cultural que, por sua vez, incorreu em homogeneização das políticas curriculares, caracterizadas, entre outros aspectos, pela defesa do currículo integrado, da interdisciplinaridade, dos temas transversais e dos currículos por competências (LOPES, 2008). Além disso, segundo Harvey (2007, p.2), o neoliberalismo é uma teoria econômica que afirma que o bem-estar humano é melhor promovido por meio da máxima liberdade empresarial, como livre comércio, mercado livre, propriedade privada e liberdade individual. Assim, o Estado se resumirá na garantia dos direitos do mercado e na qualidade e integridade da moeda, no entanto, “[...] se não há mercados (em áreas como educação, saúde, previdência social ou poluição ambiental) eles devem ser criados pelo Estado, se necessário; mas o Estado não deve se aventurar para além dessas fronteiras.” No campo educacional, existe um caráter mercadológico, o capitalismo defende o ensino como produto que tem seu valor e esse se torna mais um do sistema. Para que a escola seja uma instituição totalmente capitalista, ela precisa deixar de ser pública, diminuindo seu número de vagas, uma educação com pouca qualidade e, dessa forma, facilitando a entrada do mercado. As políticas atuais respondem a essas perspectivas e a das grandes corporações e instituições internacionais, que trazem um discurso da necessidade da melhoria do ensino, tendo um ensino que garantam a cidadania ao indivíduo e sua entrada no mercado de trabalho, entrando assim nos seus padrões de consumo.

Tomando o currículo como um documento que tem uma ideologia do poder e do discurso promovido pelas necessidades de mudanças globais, dentro desse processo, segundo Lopes (2008), há uma discussão sobre a integralização do currículo, uma vez que na escola os interesses devem permear nos interesses dos estudantes e de relevância social dos conhecimentos.

Para Lopes (2004), toda política curricular é constituída de propostas e práticas curriculares, portanto, não é possível de forma absoluta separá-las e desconsiderar suas interrelações. Trata-se de um processo de seleção, de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados, assim, de culturas capazes de

instituir formas de organizar o que é selecionado. Toda política curricular é, assim, uma política de constituição de conhecimento escolar.

### **A disciplina Geografia nos Documentos Curriculares**

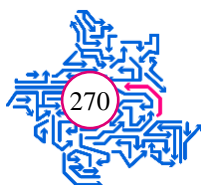
Se você seguir esse modelo de arquivo, A discussão curricular sempre esteve presente - desde a colonização até a república -, na qual diferentes formas de organização manifestaram-se, a partir de leis, ementas e documentos que legitimam uma forma de condução da Educação Pública Nacional e seus parâmetros. Para tanto, a legitimação ideológica está também ancorada nas disciplinas que fazem parte do currículo, as quais trazem diferentes traduções e interpretações de seus conhecimentos, o que estabelece disputas ideológicas e metodológicas pelo conhecimento que será discursado dentro do documento.

O ensino de Geografia aparece como um componente curricular no Brasil desde a criação oficial do Currículo do Colégio Imperial Pedro II, em 1837, (considerando que alguns autores argumentam que a disciplina era dada isoladamente em alguns cursos, como o caso do Real Academia Militar, 1814).

Ao longo do tempo, a disciplina aparece em outros documentos curriculares com diferentes propostas, conforme a necessidade do contexto mundial e nacional da economia e política; e também como na década de 1930, dando o sentido de patriotismo à população brasileira, inclusive dentro e fora da escola. Na década de 1960, difunde-se o padrão N-H-E (Moreira, 1987) como uma forma de organização dos conteúdos da Geografia Escolar. Em 1970, ao se juntar com a História como Estudos Sociais, a disciplina era aquela decoreba, descritiva, sem sentido político, até mesmo devido à época. A partir da década de 1980, ela aparece com o velho padrão N-H-E, referenciando as questões mais econômicas e sociais, essas de forma descritiva.

Nos anos de 1990, observamos a criação dos PCNs, dos Currículos Estaduais e Municipais e mais recentemente, da Base Comum Curricular Nacional, como forma de compreender a importância do currículo frente às reformas educacionais e, conseqüentemente, na sociedade, uma vez que questionamos o lugar da Geografia nos documentos que regulamentam a educação básica no Brasil na atualidade:

*PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de Geografia de 1998:* A partir dos anos 1990, com a necessidade do desenvolvimento da Educação Brasileira a partir do projeto



neoliberal, no período de Fernando Henrique Cardoso, foram criados os PCNs, com o objetivo de colocar em prática uma série de pacotes criados pelo Banco Mundial para a Educação em todo o mundo, assim o PCN é um documento neoliberal. Toda as mudanças ocorridas têm como objeto de interesse dominar uma forma de pensar e manipular o ensino.

Assim, observamos a partir da análise do discurso que cada política implementada, a concepção que está entranhada na construção do currículo e a forma de organização da disciplina de Geografia e outras, são objetivos muito bem definidos dessa constituição política global que está sendo submetida não apenas ao Brasil, mas como um projeto para toda a América Latina. Estes foram elaborados para, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras.

O documento é uma referência nacional, e constitui-se como o primeiro nível de concretização curricular. O mesmo estabelece uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), como os projetos ligados à formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e também à avaliação nacional. O documento também visa a subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios. A disciplina Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações.

As temáticas com as quais a disciplina trabalha na atualidade encontram-se permeadas por essa preocupação, por isso sua importância dentro dos PCNs, uma vez que ela possibilita o olhar ao entorno do mundo, e também a explicá-los por meio de seus conceitos e conteúdos caracterizados no documento. De acordo com Pontuschka (1999), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Geografia têm como objetivo propor um trabalho pedagógico visando a ampliar as capacidades dos estudantes na observação, no conhecimento, na explicação, na comparação e na representação das características de um dado lugar vivido e de diferentes paisagens e espaços geográficos.

Primeiramente, o PCN foi elaborado para atender ao ensino fundamental, só em 2002 se direcionou para turmas de ensino médio. Ele está dividindo em duas partes, descrevendo primeiro a trajetória da geografia, como ciência e como disciplina escolar; em seguida, traz orientações acerca do trabalho com o ensino fundamental, objetivos, eixos temáticos, conteúdos e critérios de avaliação.

A elaboração do PCN buscou respeitar a diversidade regional, cultural e política que existe no país, assim, também busca a construção de referenciais em escala nacional que deve ser comum no processo educativo em todas as regiões.

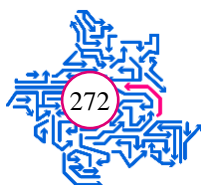
O documento de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa à ampliação das capacidades dos alunos do ensino fundamental de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos (SEF/MEC.1998, p. 15).

Quanto a concepção trabalhada ao longo do documento de geografia, não há uma única, entre elas a geografia tradicional baseada no positivismo clássico, a geografia humanista e também a geografia marxista. Dessa maneira, o documento é composto por contradições pedagógicas, mas também tensões geográficas. Os autores apontam que a geografia tradicional e marxista não era mais suficiente como método, a Geografia presente torna certos conteúdos mais significativos para a formação do cidadão, com a proposta de compreender e intervir na realidade do aluno, entendendo como essa interage com a construção do espaço. Assim, o documento não tem uma concepção explícita se torna sem foco, é notável a lógica pedagógica neoliberal que o PCN é estruturado.

Tem-se assim, um documento que tem vários problemas, como apontados por Oliveira (1999), tanto conceituais, teórico-metodológicos, filosóficos, quanto pedagógicos, que foram debatidos ao longo destes quase 20 anos de sua existência, ou seja, não é uma unanimidade e tem várias contradições, mas representa um documento de base nacional e regionalmente utilizado.

*Base Curricular Comum Nacional - 2ª versão de 2016*: documento que tem como princípio um projeto de nação sobre aquilo que se quer idealizar, do ponto de vista federativo, para promover uma proposta de currículo, sujeito, aprendizagem; enfim, de sociedade, que se quer constituir a partir de um documento nacional. A Base Curricular faz parte de um modelo neoliberal que tem a intenção de despolitizar a sociedade para uma ideia única de cidadania social, mantendo o foco na dimensão capitalista (MACEDO, 2014).

Diferentes grupos têm variados interesses do ponto de vista geral sobre a Base Comum, que está prevista na Constituição Federal e no Documento da Pátria Educadora e dentro do Plano Nacional de Educação. Aquela tem como o objetivo constituir-se em um documento base para articulação federal dos ensinos fundamental e médio.



Pode-se perceber que este documento guiará não só as diferentes fases da escolaridade, mas também a organização do sistema avaliativo. Será do mesmo modo um dos pontos estratégicos de ações para todos: educadores, estudantes e gestores em todo país, para formação profissional e cidadã. Além disso, a discussão mais questionada está na organização das áreas e de seus componentes, que devem se relacionar entre diferentes formas de linguagens de modo a saber interpretar e conhecer os fenômenos e seus processos de vários tipos: naturais, sociais e culturais.

Ao que parece, a disciplina Geografia ainda é um componente importante na Base Comum Curricular Nacional, com uma história enquanto ciência e enquanto disciplina escolar, que estão sendo organizados a partir dos objetivos de aprendizagens ancorados na ampliação da complexidade das operações cognitivas, articulando os conteúdos-chave, com o contexto espacial e social. Cada objetivo possui seu tema integrador que poderá ser ponte para se abrir um diálogo.

Para o ensino fundamental, quatro propostas são trazidas para o eixo de formação: letramento e capacidade de aprender; leitura do mundo natural e social; ética, pensamento crítico e solidariedade - com temas integradores: economia; educação financeira e sustentabilidade; culturas indígena e africana; culturas digitais; direitos humanos e cidadania e educação ambiental. Já para o ensino médio, sete unidades curriculares são organizadas: “Linguagens e tecnologias na produção do conhecimento geográfico; Dinâmicas da natureza e questão ambiental; Brasil: território e sociedade; Dinâmicas populacionais, fluxos e movimentos sociais; Cidade e campo no mundo; Globalização e configuração do espaço mundial e Geopolítica e conflitos no mundo atual” (BNCC, 2016, p.633). Essa organização se pautou no aprofundamento dos conhecimentos e conceitos, da mesma forma que se apropria das habilidades e atitudes que promovam protagonismo social, sua formação profissional e escolhas na inserção no mercado de trabalho.

Segundo a BNCC (2016), a Geografia nos anos finais do ensino fundamental pretende, em linhas gerais, possibilitar diferentes leituras de mundo que se fazem fundamentais para a construção de uma visão crítica da sociedade e para a formação do cidadão.

Compromete-se, portanto, com a problematização de questões sociais e ambientais, promovendo o respeito e a valorização da diversidade cultural, estimulando dessa forma, a problematização das próprias linguagens como um exercício que conduzirá ao pensamento crítico e à ética. Inclui-se na Geografia a cultura afro-brasileira e indígena, esta sendo



articulada com a formação do território nacional, observando dessa forma, as diversidades territoriais e culturais, e as paisagens; promovendo uma ponte com outras culturas do mundo. A produção do espaço geográfico ficará atrelada à compreensão dos lugares de vivência desses alunos, assim, promoverá paramentos para se fazerem possíveis analogias e reflexões fundamentais a partir do próprio lugar compreendido.

Na Geografia para o ensino médio, destaca-se como referência a contribuição para uma formação integral dos estudantes, para se reunir o acesso aos conhecimentos científicos, assim como reflexões sobre padrões culturais de conduta de grupos sociais, observando se referências e tendências estão presentes no tempo e espaço históricos. Estes que expressam concepções, problemas, crises e potenciais de toda a sociedade.

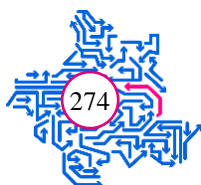
Assim, é esperado que a Geografia contribua com suas especificidades, concomitante com outros componentes curriculares. Dessa maneira, facilita-se a articulação com outras áreas do conhecimento, visto que colocam uma possibilidade na pesquisa de integração. Espera-se que o estudante reconheça, utilize e articule as múltiplas linguagens, tecnologias e comunicação para ampliar seus referenciais de pesquisa, apropriando-se de instrumentos de análise de fatos, fenômenos e processos em sua espacialidade.

Dessa forma, “a avaliação de questões nacionais e internacionais complexas, de relações de poder e de conflitos, de relações entre sociedade e natureza, assim como a problematização da globalização, das tecnologias, das redes, dos fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de ideias, de informações, em diferentes escalas” (BNCC, 2016 p.633) são o cerne dos objetivos de aprendizagem nessa etapa.

Ao estudar o espaço geográfico, é direcionado ao professor que o mesmo utilize o lugar no qual o aluno está inserido. Assim, ele promoverá uma aprendizagem em que o aluno possa fazer analogias e reflexões de outros lugares a partir do próprio lugar compreendido.

O documento vem sendo questionado pelos diferentes segmentos da Geografia, sobre vários pontos: teórico, metodológico, conceitual, em relação aos próprios conteúdos e ao significado político deste para a Educação Brasileira atual.

*O Currículo Mínimo de Geografia do Rio de Janeiro: O Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro foi implementado em 14 de fevereiro de 2011, tendo uma segunda versão em 2012, abordando os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio*



Regular; e é referência para as escolas estaduais. Tem como objetivo direcionar quais são os conteúdos e os conceitos mínimos para que os professores possam seguir para as avaliações externas e internas, por meio de Habilidades e Competências.

Havia uma forte preocupação do Governo do Estado com os índices negativos que estavam atingindo o Rio de Janeiro, com isso, a motivação para sua construção foram os resultados. O objetivo do Estado não é a construção de um currículo que pense nas necessidades pedagógicas, ele é pensado para obter resultados e atingir metas, dessa forma, a educação é vista por uma perspectiva mercadológica. Assim, seu objetivo é abordar o mínimo de conteúdos vistos como essenciais para a formação do cidadão consciente de estar no mundo.

O currículo foi construído de forma rápida - sua elaboração teve início no final de 2010 -, pela necessidade de ser implementado no ano seguinte. Com essa finalidade, as sugestões abertas no site da SEEDUC foram feitas no período de recesso dos professores, e por um tempo muito curto, não ganhando muito destaque, desconsiderando todo o processo de elaboração de um currículo.

A discussão da parte da Geografia é sucinta, com uma página para discutir os propósitos dos conteúdos e conceitos nas divisões sugeridas. Um documento efetivamente mínimo, mas que não traz nenhuma novidade teórico-metodológica ou pedagógica que possa transformar o ensino, pelo contrário, é limitado e traz fundamentos de todas as concepções teórico-metodológicas da disciplina.

No documento, as concepções da Geografia a serem abordadas não aparecem claramente, são, na verdade, apresentadas de forma vaga.

Nas discussões realizadas, avaliamos a necessidade de selecionar as habilidades e competências compatíveis com cada ano de escolaridade, bem como com o foco de cada bimestre, e de estabelecer um diálogo permanente com as demais disciplinas, mantendo abertura a diferentes metodologias de trabalho, linhas teóricas e abordagens da Geografia (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 3).

Segundo Pereira (2016), a concepção pedagógica conservadora tradicional e tecnicista sempre estiveram presentes no currículo escolar, construindo e controlando conceitos próprios da Geografia. Ele aponta que no Currículo Mínimo do Estado isso não é diferente, o conservadorismo pedagógico é preservado nos principais objetos geográficos, estes que são essenciais para a compreensão da disciplina.

O documento também traz um resumo sobre os objetivos a serem abordados pela Geografia. Por ser construído por profissionais da área, é um documento que possui tensões e divergências pedagógicas. A análise do documento mostra que ele tem como base a teoria curricular conservadora dogmática, pois coloca determinados conteúdos como verdades absolutas.

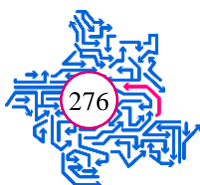
Desta maneira, a disciplina está presente no ensino regular para ser trabalhada pelos docentes especialistas, a fim de garantir as habilidades e competências, de acordo com cada ano e bimestre, bem como “as diferentes metodologias de trabalho, linhas teóricas e abordagens da Geografia”. Assim, não deixa evidente que seriam esses elementos necessários para ensinar a disciplina.

O papel do professor de Geografia nesse documento se baseia, simplesmente, em preparar o aluno para exercer sua cidadania e o respeito à Constituição. O processo de ensino-aprendizagem ocorre através de uma abordagem superficial de determinados conteúdos, conceitos e temáticas da ciência, dessa forma, a disciplina que está presente no currículo perde sua criticidade e complexidade.

### **Considerações finais**

As Políticas Curriculares Nacionais, Estaduais e Municipais estabelecem suas cargas horárias, competências, habilidades, os conceitos, os conteúdos, os materiais, as avaliações a serem desenvolvidas e aplicadas pelos docentes, a fim de ter um parâmetro do que ensinar, como ensinar e como avaliar.

Apesar de toda a liberdade que é dada ao professor nas propostas curriculares, na prática o professor precisa preparar os alunos para avaliações padronizadas, assim, essa liberdade é questionável. As propostas curriculares ao longo desse período têm como características colocar os resultados à frente da qualidade efetiva da escola, isso é visto pela forma com que os conhecimentos são direcionados dentro do currículo. Cada um dos documentos curriculares analisados mostram a importância do ensino de Geografia, o seu significado em suas diversas concepções, o que simboliza a maneira como a disciplina será interpretada e tratada.



Desta forma, essas diversas maneiras de interpretar a disciplina podem ser as mais adequadas ou não para os estudantes. Com os seus discursos, o texto busca elaborar e mostrar como a disciplina é necessária para o conhecimento dos estudantes.

### Referências bibliográficas

APPLE, Michael W. Repensando Ideologia e Currículo. In: MOREIRA, A F. B. (org) **Currículo, cultura e sociedade**. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001. p.39-57.

BRASIL. **Base Curricular Comum Nacional**. Brasília: MEC, 2ª versão, 2016. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em 20 junho de 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação **Fundamental**. **Parâmetros curriculares nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus de conteúdo. Florianópolis: **Texto Contexto Enferm**, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-684. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 20 de dezembro de 2015.

HARVEY, David. Neoliberalismo Como Destruição Criativa. ©INTERFACEHS – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, pp. 1-30. Disponível em <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/144/160>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

LOPES, Aline Casimiro. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2008.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?. **Revista Brasileira de Educação (Impresso)**, São Paulo, n.26, 2004. p. 109-118.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. São Paulo: **Revista e-Curriculum**, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014 (Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP) <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>. Acesso em 20 de junho de 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e Ensino: Os parâmetros curriculares nacionais em discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Reforma no mundo da Educação-Parâmetros curriculares e geografia**, 1999, p. 43-67.

PEREIRA, Yan Marllon da. **O papel do currículo no atual contexto neoliberal: uma análise do currículo mínimo de geografia e dos seus conceitos de região, território e paisagem**. 2016. 133 f. Monografia (graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Parâmetros curriculares nacionais: tensão entre Estado e escola. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.)



5º Encontro Regional de  
Ensino de Geografia

As políticas curriculares e o Ensino de Geografia  
Campinas, 20 a 22 de outubro de 2016

*Reformas no mundo da Educação: parâmetros curriculares e geografia.* São Paulo: Contexto, 1999, p. 11-18.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro:  
**Currículo Mínimo 2012.** 2012. Disponível em  
<[http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/curriculo\\_aberto.asp](http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/curriculo_aberto.asp)>. Acessado em: 11 de março de 2016.

